



O ENSINO NO BRASIL E O PISA

Kleber de Oliveira Macedo¹; Hellen Cristina de Oliveira Alves¹; Daniela Santos Landim Silva²; Gerson Pindaíba da Silva³

¹Unidade Escolar Leticia Macêdo, e-mail: kleber.macedo02@hotmail.com;

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, e-mail: hellencrisss@gmail.com;

²Centro Estadual de Educação Profissional Gercílio de Castro Macêdo – CEEP, e-mail: danielalandim.bio@gmail.com

³Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e-mail: gersonpindaiba@yahoo.com.br;

Resumo: A cada três anos, estudantes de vários países fazem o exame internacional PISA (*Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Alunos), cujo objetivo é avaliar sistemas educacionais no mundo através de testes, sob organização da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O objetivo desse trabalho é realizar através de uma pesquisa documental e bibliográfica um diagnóstico da situação do ensino no Brasil a partir dos resultados da avaliação internacional de alunos do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Descrevemos aqui os resultados brasileiros no período de 2000 a 2012, além de refletir sobre o uso dos resultados até o momento, no cenário brasileiro. Como fonte, foram utilizados os documentos oficiais do Programa de acesso público, livros e artigos que discutem o tema, além de dados obtidos em eventos relacionados à temática.

Palavras-Chaves: Ensino no Brasil, PISA, Avaliação Internacional.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as avaliações educacionais têm sido analisadas no cenário nacional e internacional. No Brasil, algumas avaliações são executadas com objetivo de fornecer indicadores de qualidade nos diversos níveis de ensino.

A cada três anos, estudantes de vários países fazem o exame internacional PISA (*Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Alunos), cujo objetivo é avaliar sistemas educacionais no mundo através de testes, sob organização da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O objetivo desse trabalho é realizar um diagnóstico da situação do ensino no Brasil a partir dos resultados da avaliação internacional de alunos do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Descrevemos aqui os resultados brasileiros no período de 2000 a 2012, além de refletir sobre o uso dos resultados até o momento, no cenário brasileiro.

Como fonte, foram utilizados os documentos oficiais do Programa de acesso público, livros e artigos que discutem o tema, além de dados obtidos em eventos relacionados à temática.



2. OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional de 35 países que tem como missão promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social de pessoas em todo o mundo.

A OCDE é um fórum em que os governos podem trabalhar juntos para compartilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns com o objetivo de apoiar um crescimento econômico duradouro, desenvolver o emprego, aumentar o nível de vida, manter a estabilidade financeira, ajudar os outros países a desenvolverem as suas economias e contribuir para o crescimento do comércio mundial.

A OCDE reúne os países mais industrializados do mundo e tem sede em Paris, França. Foi fundada em 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE), criada em 1948 para ajudar a gerir o Plano Marshall para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Embora não faça parte da Organização, em 2012 o Brasil passou a ser considerados *key partner* (parceiro-chave).

No final dos anos 90, os países-membro propuseram a avaliação de jovens com 15 anos de idade em todo o mundo para verificar sua preparação para participar da sociedade. A escolha da idade dos participantes foi em decorrência de essa ser a idade em que os jovens estão prestes a completar a escolaridade obrigatória.

Segundo Wolff (2008),

A educação é fundamental para os desenvolvimentos econômico, social e cultural, para não mencionarmos a estabilidade política, a identidade nacional e a coesão social. Mais ainda, os negócios altamente tecnológicos de nossos dias não podem prosperar sem pessoas que possam contribuir com competência analítica, criatividade e cooperação para o trabalho. As avaliações educacionais podem ser definidas como aferições da medida em que foram atingidas as metas curriculares estabelecidas, seja por autoridades governamentais, seja por especialistas, nacionais ou internacionais. As avaliações nacionais aferem o progresso de instituições em todo o país e são substancialmente diferentes dos exames de conclusão ou admissão desenhados para selecionar os estudantes que serão admitidos em outro nível de educação. As avaliações internacionais comparam os resultados de aprendizagem entre países. (WOLFF, 2008, p. 3).

Especialistas em educação em todo o mundo trabalharam em parceria para criar um teste de duas horas que se foca em áreas centrais do conhecimento. Os países participantes



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

decidiram administrar esse teste a cada três anos e alternar o domínio principal a cada ciclo pelas três áreas avaliadas: leitura, matemática e ciências. Assim era criado o PISA.

3. PISA

O PISA é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Em 2015, última edição do PISA, contou com a participação de 76 países/economias. O programa de 2015 tinha ciências como o principal domínio. Além de leitura e matemática como domínios menores, competência financeira e resolução colaborativa de problemas são domínios adicionais que foram incluídos em 2015. Os resultados serão publicados em dezembro de 2016.

A realização do PISA no Brasil ocorre no mês de maio para estudantes selecionados de todos os estados. A última avaliação envolveu, aproximadamente, 33 mil estudantes nascidos no ano de 1999, matriculados a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, distribuídos em 965 escolas.

Os estudos do PISA são concebidos para perceber se os alunos são capazes de mobilizar o conhecimento que adquirem na escola e aplica-los na resolução de situações e problemas da vida real. Os resultados individuais são analisados e extrapolados para o plano nacional e, assim, mostra ao país seu desempenho, comparativamente a outros países, e individualmente, quanto à eficácia da educação de seus jovens.

O PISA (com escala que varia de 0 a 800 pontos) considera que um sistema educativo é bem-sucedido não só se os alunos obtiverem pontuações elevadas, mas também se todos os alunos de todos os contextos sociais tiverem bom desempenho. Os analistas consideram os resultados dos testes com as respostas aos questionários respondidos pelos alunos e diretores que possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais, e assim tentam determinar as principais características dos sistemas educativos de sucesso.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Portanto, o objetivo do PISA não é criar uma competição por si só, e sim apresentar indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, ajudando na criação de políticas de melhoria do ensino. A avaliação procura averiguar a preparação dos jovens para exercer criticamente o papel de cidadãos na sociedade contemporânea.

Conforme relata a OCDE (2007),

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE, criado em 1997, representa o compromisso dos governos dos países-membros da OCDE de monitorar os resultados dos sistemas educacionais em termos de realizações dos estudantes em uma estrutura internacional comum. Acima de tudo, o PISA é um esforço de cooperação entre os cientistas dos países participantes para um trabalho articulado por seus governos, segundo interesses políticos em comum. Os países participantes são responsáveis pelo projeto em nível político. Os especialistas dos países participantes também atuam em grupos de trabalho incumbidos de associar os objetivos das políticas do PISA com os melhores recursos materiais e técnicos disponíveis no campo da avaliação comparativa internacional. Por meio da participação desses grupos de especialistas, os países garantem que os instrumentos de avaliação do PISA sejam válidos internacionalmente, levem em consideração os contextos cultural e curricular dos membros da OCDE, forneçam uma base de mensuração consistente, e enfatizem a autenticidade e a validade da educação. (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2007, p. 3).

Os resultados desse estudo podem ser utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição e refinamento de políticas educativas, procurando tornar mais efetiva a formação dos jovens para a vida futura e para a participação ativa na sociedade.

As avaliações do PISA acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – leitura, matemática e ciências – havendo, a cada edição do programa, uma área avaliada com maior nível de profundidade. Em 2000, o foco foi em leitura; em 2003, matemática; em 2006, ciências; em 2009, leitura; em 2012, matemática; e em 2015, ciências, além da inclusão de novas áreas do conhecimento: competência financeira e resolução colaborativa de problemas. O teste tem a duração de 120 minutos (duas horas) e as questões são de múltipla escolha e contêm respostas curtas.

Uma limitação do teste é o fato de ser aplicado apenas a alunos que frequentem a escola e que não estejam em séries muito abaixo das corretas para a sua idade.

4. OS RESULTADOS E O CENÁRIO BRASILEIRO

A participação do Brasil no PISA acontece em um contexto de mudanças na organização política da Educação Brasileira, tendo como

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

finalidade gerar dados de qualidade e examinar as políticas públicas de educação no país. O país é o único da América Latina que participou, de forma voluntária, de todas as edições do teste.

A escolha da idade dos participantes implica na maioria dos países, em alunos que concluíram a escolaridade obrigatória, o que não ocorre no Brasil. Nessa faixa etária, os alunos ainda estão no Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano). Isso levou o INEP a estabelecer mais um critério de participação, o limite inferior do 8º ano de curso, a partir de 2006, e que em 2012 foi alterado para o 7º ano.

Em 2000, o Brasil obteve pontuação média de 368 pontos, pior desempenho entre os participantes. De acordo com o resultado do PISA de 2012, o Brasil teve uma pontuação média de 402 pontos, ocupando a 58ª posição em um total de 64 países participantes, ficando a frente apenas Argentina, Tunísia, Jordânia, Colômbia, Qatar, Indonésia e Peru. Veja abaixo os resultados brasileiros nas edições do PISA e número de participantes.

	Pisa 2000	Pisa 2003	Pisa 2006	Pisa 2009	Pisa 2012
Participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405
Média	368	383	384	401	402
Média OCDE	500	497	497	500	498

Tabela 1: Resultados brasileiros nas edições do PISA e número de participantes. Fonte: INEP

A melhora de 34 pontos destaca que o Brasil é um dos países que vêm apresentando os maiores progressos na educação básica. Quando analisamos os resultados, a melhora da qualidade da educação brasileira faz-se notar.

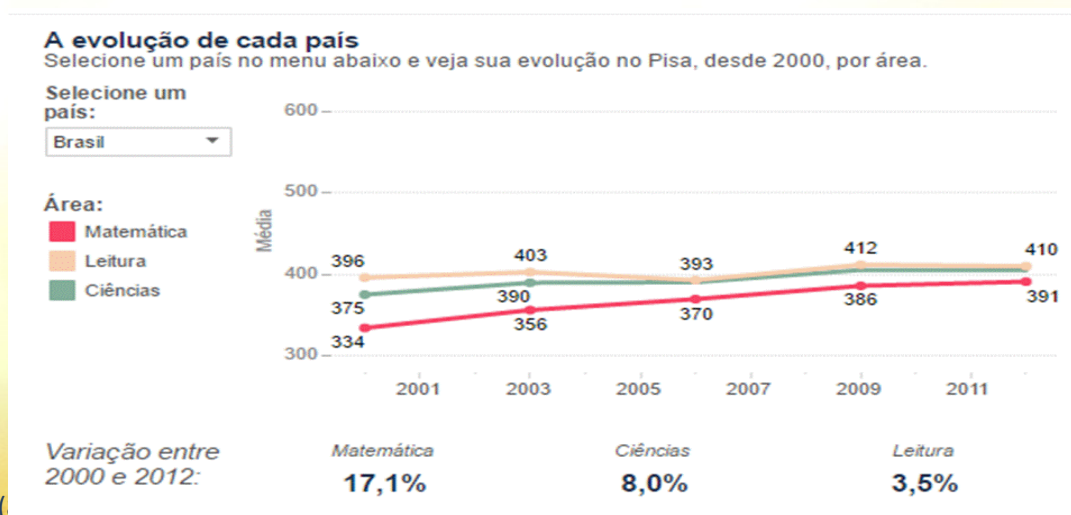




Figura 1: A evolução do Brasil no PISA. Fonte: O Globo

Ao fazermos uma reflexão sobre a educação brasileira precisamos, entretanto, lembrar que a expansão da escolarização básica no país teve início somente em meados do século XX. Isso ainda se reflete no cenário educacional.

O Brasil aumentou grandemente o investimento público em educação, passando de 4,3% do PIB, em 2003, para 6,4% do PIB, em 2012. Isso torna o Brasil o país que destina a maior parcela do investimento público para a educação (18,13%), conforme o relatório Education at a Glance 2013, da OCDE. Entretanto, o resultado do teste mostra que o sucesso em sistemas educacionais não depende somente de quanto dinheiro é gasto e, sim, da maneira como esse dinheiro é utilizado.

Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas acima de 15 anos foi registrado em 8,3% no ano de 2014 (IBGE); e 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação).

Os resultados mostram que crianças de níveis socioeconômicos similares podem ter desempenhos bastante diferentes, conforme a escola que frequentam ou o país onde vivem. Sistemas educacionais nos quais estudantes mais pobres são bem sucedidos são capazes de reduzir a desigualdade social.

Nos sistemas educacionais de maior desempenho, professores mais talentosos são atraídos para as salas de aula mais difíceis e diretores mais capazes para escolas mais pobres. Os salários são mais competitivos e investe-se em desenvolvimento profissional constante e cargas horárias equilibradas.

5. CONCLUSÃO

Os governos de todo o mundo podem observar dois importantes resultados do PISA: um país não tem que ser rico para proporcionar um ensino de qualidade aos seus alunos (Xangay e Polônia, por exemplo, tem resultados acima da média da OCDE em leitura, mas tem riqueza nacional abaixo da média); e a colocação no ranking não é estática, um país pode melhorar sua posição.

Nos sistemas educativos de sucesso, a Educação é uma prioridade. É comum a estes a convicção de que é possível aprender competências e de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que todos os alunos podem alcançar bons resultados. Valorizam a profissão do professor, investindo nestes, de forma a atrair candidatos qualificados, formá-los bem e permanecer com os melhores.

Assim como cada aluno tem potencial de sucesso, cada país tem a capacidade de melhorar a qualidade da educação que promove. A grande dificuldade dos gestores brasileiros é, portanto, o uso dos resultados. Um dos objetivos principais das avaliações de larga escala é que gestores obtenham um diagnóstico da realidade e utilizem esses resultados para repensar as políticas públicas. Quando a avaliação é vista como instrumento de controle ou um instrumento ignorado pela comunidade, ela pouco auxilia.

Para o Brasil, é preciso que sejam criadas e efetivadas ações que fomentem melhorias na qualidade da educação, a partir dos resultados. Os resultados nos mostram que grande parte de nossos alunos, mesmo após vários anos de escolarização, são considerados mal alfabetizados. Isso exige do sistema educacional brasileiro uma reação para a efetivação de seu papel de formar cidadãos críticos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**: 2016. Todos pela Educação. São Paulo, Moderna, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Taxa de analfabetismo funcional**. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?t=taxa-analfabetismo>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **PISA**. Disponível em: <<http://talis.inep.gov.br/web/guest/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Capítulo 8: Brasil: lições encorajadoras de um grande sistema federal**. Traduzido por INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Brasília, INEP, 2011.

_____. **PISA 2006: Data Analysis Manual**. Paris: OECD, 2007. Disponível em: <http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_32252351_32236191_1_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

_____. **PISA 2012: Assessment and Analytical Framework: Mathematics, Reading, Science, Problem Solving and Financial Literacy**, OECD Publishing, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264190511>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

WOLFF, Laurence. **Avaliações educacionais na América Latina: estágio atual e desafios futuros**. 2008. Disponível em <<http://www.oei.es/evaluacioneducativa/>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.